

ção de suas exigências ao paroxismo da guerra européia; pelo **tour-nant** da conjuntura mundial, pela ruptura da hierarquia e equilíbrio das atividades e dos povoamentos (pg. 14), e por fim, como concessão, pela luta de classes.

Não há dúvida que o método adotado — na medida em que se utiliza quase exclusivamente de dados demográficos e financeiros — caracteriza com maior rigidez os processos e as tensões, dando caráter menos lírico ao trabalho do historiador. Restará saber se a radicalização da utilização desse método será eficaz no estabelecimento, por exemplo, da “mobilização psicológica” (pg. 49), fenômeno que aparece apenas como um dado na análise. Uma manifestação desse tipo não adquiriria sentido pleno para o historiador somente após a determinação da carga cultural que estivesse regulando essa mobilização?

Os três estudos restantes são, também, representativos desse estilo novo de trabalho que começa a se impor como um dos principais pontos de referência da historiografia atual.

CARLOS GUILHERME SANTOS SERÓA DA MOTA

*

* *

BOEHRER (George C. A.). — **Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil**, por José Bonifácio de Andrada e Silva (edição crítica), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, 93 págs.

A Agência Geral do Ultramar, a quem se devem tantos empreendimentos editoriais da mais alta significação para a história de Portugal e do Brasil, lançou o ano passado esta plaqueta num momento em que se comemorava o bi-centenário de nascimento do nosso **Patriarca da Independência**, comemorações essas que, diga-se de passagem, não tiveram, a nosso ver, no campo editorial brasileiro, a consideração que mereciam ter.

Embora relativamente vasta a bibliografia que possa servir à história do lento e geralmente violento processo de “civilização” dos indígenas brasileiros, em verdade muito ainda há por ser feito nesse sentido, particularmente no que diz respeito às pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, onde há copiosa documentação referente ao assunto, mostrando a preocupação que o govêrno metropolitano teve para com o problema.

Nesse sentido, os repertórios de leis, a correspondência religiosa e leiga, oficial e particular, etc., representam incalculável acervo de interesse histórico, cujo conhecimento, interpretação e reconstrução poderão proporcionar não unicamente as informações necessárias para a compreensão dos problemas relativos à integração das populações indígenas brasileiras às conquistas da colonização portuguesa aqui implantada, como também oferecer às ciências sociais um conjunto de elementos de grande valia para os estudos que, levando em

conta as áreas de cultura e os processos de “civilização”, pretendam considerar a realidade histórica pretérita, como base de entendimento da realidade coetânea.

Esta comunicação que José Bonifácio fez aos seus pares de Lisboa, em 7 de março de 1822, enriquecida pelos comentários do prof. George Boehrer, é um exemplo do que estamos afirmando.

Só depois de tantos anos de sua apresentação é que o trabalho vem merecer uma edição crítica, cuja oportunidade nasce não apenas do fato de trazer ao conhecimento contemporâneo mais essa expressiva faceta do talento polimorfo do grande santista, mas principalmente por submeter à apreciação da crítica um texto de grande valor histórico, como testemunho dado sobre o problema indígena por um dos brasileiros mais ilustrados do seu tempo.

Além do mais, já se tornava cada vez mais difícil conseguir-se a sua leitura. Possivelmente por essa raridade que as edições do texto anteriormente feitas foram tendo é que uma obra básica para a pesquisa bibliográfica sobre os índios, como é o caso da **Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira**, do prof. Herbert Baldus, nada registre sobre os **Apontamentos** de José Bonifácio.

Entre os quarenta e quatro meios propostos por José Bonifácio para conseguir a “civilização” dos nossos silvícolas, há realmente medidas cujo alcance para a sua época merecem reflexão pelas dimensões de cultura e humanidade do seu autor.

O introdutor dos **Apontamentos** prefere, à página 17, aceitar como principal face do interesse britânico pela abolição da escravidão negra no Brasil, a sua propalada filantropia, quando se sabe que os motivos econômicos foram bastante ponderáveis.

No tocante às compilações de leis sobre os índios, referidas na nota de rodapé da pág. 18, teria sido interessante que se arrolassem também as iniciativas que nesse sentido têm tomado os organismos ligados ao problema indígena, como é o caso, por exemplo, do **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**.

Procura o prof. Boehrer situar o Patriarca dentro das idéias predominantes na sua época, para daí definir as suas próprias idéias (de José Bonifácio) em relação à “civilização” dos nossos índios. Assim, é somente dentro das limitações que a perspectiva de tempo nos oferece que podemos considerar o que se pensava a respeito do problema indígena brasileiro.

Teve ainda o autor a preocupação de cotejar as diferentes edições feitas até hoje do texto principal dos **Apontamentos**, evidenciando as suas discrepâncias. Mostra-nos, também, a “cobertura” que o Positivismo deu ao projeto e às idéias que êle defendia, excluindo contudo a participação religiosa agasalhada pelo Patriarca, mas refugada pelos positivistas.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*
* *